



RECOMENDAÇÕES PARA

COLEGIADOS, CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO SOBRE COLEGIADOS,
CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

RECOMENDAÇÕES PARA

**COLEGIADOS,
CONSELHOS E
CONFERÊNCIAS
NACIONAIS**

SECRETARIA NACIONAL DE
PARTICIPAÇÃO SOCIAL

SECRETARIA-GERAL

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

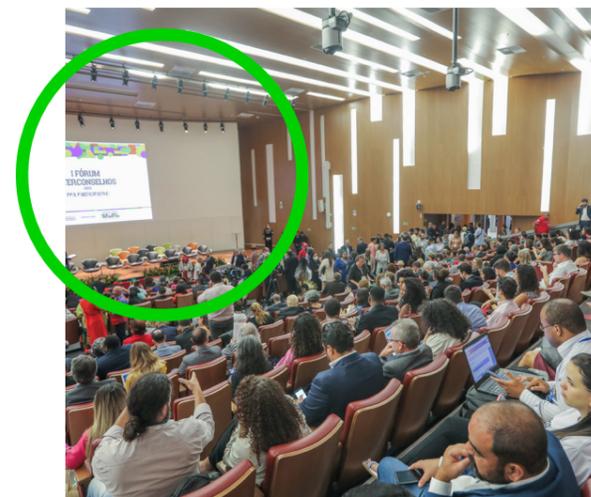
Julho de 2024

EXPEDIENTE

Luiz Inácio Lula da Silva [Presidente da República](#)
Márcio Macêdo [Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República](#)
Kelli Cristine de Oliveira Mafort [Secretária Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República](#)
Renato Simões [Secretário Nacional de Participação Social](#)
Valmor Schiochet [Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Participação Social](#)
Marcilene Aparecida Ferreira [Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Participação Social](#)
Paulo José de Oliveira [Diretor de Participação Social](#)
Pedro de Carvalho Pontual [Diretor de Educação Popular](#)
Ubiratan de Souza [Diretor de Planejamento e Orçamento Participativo](#)
Carla de Paiva Bezerra [Diretora de Participação Digital e Comunicação em Rede](#)

SUMÁRIO

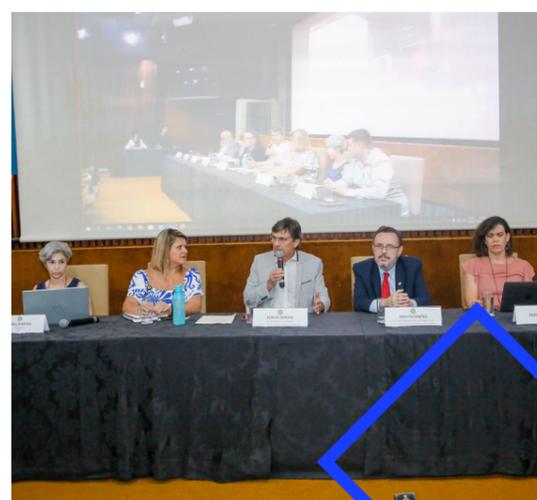
Apresentação **Pág 5**



Diagnóstico sobre participação social no Brasil
Pág 7



Recomendações para conferências nacionais
Pág 21



Recomendações para colegiados e conselhos nacionais
Pág 13



Recomendações para Formação em Instâncias de Participação Social
Pág 33

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta as recomendações realizadas pelo Grupo de Trabalho Técnico sobre Colegiados, Conselhos e Conferências Nacionais (GTT). Instituído pela Portaria SG/PR nº 166, de 29 de setembro de 2023, com atividades prorrogadas pela Portaria SG/PR nº 170, de 12 de dezembro de 2023. O GTT foi formado por servidoras e servidores designados de 30 ministérios.

Coordenado pela Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, durante oito encontros e dois seminários, realizados entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024, foram elaboradas recomendações que orientam o funcionamento de mecanismos e instâncias de gestão participativa, em particular, colegiados, conselhos e conferências nacionais.

A institucionalização do Grupo de Trabalho Técnico sobre Participação Social em Colegiados e Conferências Nacionais (GTT) se inicia com a retomada das políticas participativas no atual governo, sendo um compromisso que considera o legado dos governos democráticos e populares, os princípios constitucionais da democracia participativa, o programa de governo aprovado nas urnas e as proposições do Conselho de Participação Social do governo de transição.

Entre as medidas prioritárias do Conselho de Participação Social do governo de transição estava a revogação imediata do [Decreto nº 9.759/2019](#), com a perspectiva de reinstalar e recompor todos os conselhos nacionais de políticas públicas que foram extintos, inativados ou descaracterizados no governo anterior e a criação de novas diretrizes, princípios e normas para institucionalização de colegiados com participação da sociedade civil. Outra medida proposta pela transição foi a reformulação das conferências nacionais, visando a elevação da qualidade da participação social e a efetividade das respostas governamentais.

Nesse contexto, o GTT realizou um diagnóstico das iniciativas de participação social e elaborou recomendações para colegiados, conselhos e conferências, além de recomendações para formação em instâncias de participação social.

Foto: Patrick Grosner Audiovisual/PR



Posse do Conselho de Participação Social
Abril/2023

DIAGNÓSTICO SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Foto: Patrick Grosner Audiovisual/PR



I Fórum Interconselhos – PPA Participativo
Abril/2023

Período Pós-Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico na institucionalização da participação social no Brasil. Após décadas de autoritarismo, a Carta Magna inaugurou um novo regime democrático que reconhecia a importância da participação popular na construção, acompanhamento e controle social da gestão de políticas públicas.

A partir da Constituição, diversos mecanismos e instâncias foram criados para garantir a participação da sociedade civil nas decisões do Estado. Entre os principais instrumentos, podemos destacar: as conferências nacionais, os conselhos gestores de políticas públicas, as ouvidorias públicas e os instrumentos de participação direta, como o plebiscito e o referendo.

A implementação e o aperfeiçoamento desses mecanismos representaram importantes avanços na democratização do país. No entanto, ainda há muito a ser feito para fortalecer a participação social no Brasil.

Desafios como a baixa participação de grupos minoritários, a exclusão de mulheres e pessoas negras, o rápido desmonte das políticas de participação social e a falta de mecanismos de acompanhamento das decisões governamentais ainda se fazem presentes.

Apesar da participação social ter se consolidado como um pilar fundamental da democracia brasileira, isso não impediu a sua desconstrução no passado recente.

Desconstrução das políticas de participação

A partir de 2016, foi possível perceber uma tendência de desinvestimento e desinteresse em relação às políticas de participação social, seja com o esvaziamento de instâncias ou com a desestruturação da arquitetura de participação existente até então.

O Decreto 9.759/2019 limitou o funcionamento de colegiados nacionais, resultando no enfraquecimento da transparência e da participação social no setor público. Apesar dos desafios, houve resistência e mobilização em diversas esferas da sociedade civil e do próprio Estado, evidenciando a importância e a vitalidade dos movimentos sociais na defesa da democracia e da participação cidadã.

Movimento de revitalização das instâncias de participação social

O momento vivido a partir de 2023 se caracteriza por um renovado interesse em resgatar e promover a participação social como processo fundamental para a construção de um Brasil mais justo e democrático.

Essa prioridade se traduz em ações concretas para reconstruir e fortalecer a participação social, reconhecendo-a como direito fundamental e instrumento essencial para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e democráticas.

Dentre algumas ações nesse sentido, podemos destacar: a criação do [Sistema Nacional de Participação Social](#) e do [Conselho de Participação Social](#), o fortalecimento das conferências nacionais, a reconstrução dos conselhos de políticas públicas, a implementação de plataformas digitais como o [Brasil Participativo](#), a promoção da educação popular e o apoio à organização da sociedade civil.

Através da participação, os diferentes setores da sociedade podem contribuir com suas experiências, saberes e necessidades, garantindo que as políticas públicas sejam adequadas à realidade da população e atendam aos seus anseios.

Desafios da Política de Participação Social: Reconstruir e Inovar

O panorama atual das instâncias de participação social no Brasil, marcado por um esforço de reconstrução e fortalecimento, enfrenta desafios complexos que demandam análise crítica e reflexões profundas.

O cenário de desinvestimento e desinteresse governamental, observado a partir de 2016, revelou a fragilidade e as limitações desses avanços, culminando na limitação do funcionamento de colegiados nacionais, no enfraquecimento da transparência e participação social, inclusive nas conferências nacionais.

Diante desse contexto, emergem desafios cruciais que requerem inovação e abordagem reconstrutiva para assegurar a efetividade e a representatividade dos mecanismos de diálogo e decisão.

Inclusão e Representatividade

A reconstrução das políticas de participação social no Brasil confronta o desafio primordial de garantir inclusão efetiva e diversidade representativa em seus colegiados e conferências nacionais.

As reflexões indicam que, apesar dos esforços prévios, existem lacunas significativas na representação de grupos minorizados, tais como, mulheres, pessoas negras, e outros historicamente excluídos.

A promoção de uma participação equitativa requer a adoção de estratégias inovadoras, como a implementação de cotas de gênero, raça e outros critérios de diversidade, além da revisão dos métodos de escolha para assegurar processos mais democráticos e inclusivos.

O estabelecimento de mecanismos efetivos para superar as barreiras de entrada e permanência desses grupos nos espaços de deliberação se faz necessário, envolvendo desde a formulação de políticas de incentivo até a disponibilização de recursos específicos que permitam a sua ativa e contínua participação.

Adaptação às Mudanças Sociais e Tecnológicas

Outro desafio importante é a adaptação das estruturas e processos de participação às rápidas mudanças sociais e tecnológicas contemporâneas. A era digital impõe a necessidade de adaptar as instâncias de participação social às novas realidades tecnológicas, ampliando seu escopo por meio de plataformas digitais e ferramentas online, que podem ampliar significativamente o alcance e a eficácia da participação cidadã.

No entanto, a implementação dessas tecnologias deve ser acompanhada de esforços para garantir que não se excluam parcelas da população com acesso limitado a recursos digitais. Esse processo não apenas potencializa o alcance e a capacidade de engajamento dos espaços de participação, mas também traz desafios relacionados à inclusão digital e ao acesso às novas tecnologias.

Assegurar que a transição para o digital não exclua segmentos da população requer investimentos em educação digital e na criação de interfaces acessíveis, além do desenvolvimento de metodologias que combinem efetivamente a participação presencial e online.

Fortalecimento das Estruturas de Apoio e Gestão

O funcionamento eficaz dos colegiados e conferências depende diretamente da existência de infraestrutura de apoio robusta, que englobe desde a gestão administrativa e financeira até a comunicação e a transparência nas decisões.

Desafios relacionados à infraestrutura, orçamento e recursos humanos necessitam ser superados para garantir a operacionalização eficiente dessas instâncias.

Os desafios identificados apontam para a necessidade de estratégias que garantam recursos orçamentários adequados, a otimização de processos licitatórios, e a implementação de práticas de gestão integrada que pode promover a colaboração e o compartilhamento de melhores práticas entre diferentes colegiados, otimizando recursos e fomentando a inovação.

A transparência e a adoção de linguagem acessível são cruciais para fortalecer a confiança na participação social, exigindo a implementação de sistemas de informação eficazes e a promoção de uma cultura de governo aberto e maior responsividade, fortalecendo a confiança da população e a governança das políticas públicas com participação cidadã.

Monitoramento, Avaliação e Continuidade

Um aspecto crucial para a reconstrução das políticas de participação social é o estabelecimento de sistemas eficazes de monitoramento e avaliação que permitam o acompanhamento contínuo das deliberações e ações.

A falta de mecanismos para assegurar a implementação das políticas deliberadas em conferências e colegiados mina a credibilidade e a efetividade dessas instâncias. A inovação em metodologias de avaliação, a adoção de indicadores de desempenho bem delineados, e a criação de plataformas digitais para o rastreamento de propostas são essenciais para assegurar que a participação social resulte em ações concretas e alinhadas com as necessidades e expectativas da sociedade, promovendo uma governança responsiva e democrática.

Desafios Operacionais

Além dos desafios estruturais e metodológicos, a participação social enfrenta questões operacionais que impactam diretamente sua eficácia. Entre elas, destaca-se a organização de processos conferenciais, que requer uma gestão eficiente de recursos, infraestrutura adequada e acessível, e estratégias eficazes para a disseminação de informações.

A coordenação do calendário de conferências emerge como uma questão crítica para evitar sobreposições e garantir participação diversificada e engajada. O desafio inclui a otimização de processos licitatórios, a garantia de acessibilidade nas atividades e a gestão eficaz da informação, demandando soluções inovadoras que promovam a sustentabilidade financeira, a qualidade dos serviços e a inclusão efetiva de diferentes segmentos da sociedade.

Em síntese, a reconstrução e a consolidação das políticas de participação social no Brasil requerem um compromisso renovado com a inclusão, a diversidade, a eficácia e a transparência, exigindo um esforço coletivo e multidisciplinar que envolva governo, sociedade civil, e todos os setores interessados.

Esse processo contínuo de diálogo, aprendizado e ação colaborativa deve englobar desde a formulação de estratégias inovadoras até a implementação de práticas de gestão eficientes e adaptadas às novas realidades sociais e tecnológicas.

Somente assim será possível assegurar que a participação social cumpra seu papel fundamental na construção de políticas públicas mais justas, inclusivas e representativas, fortalecendo a democracia participativa como pilar essencial da governança no Brasil e contribuindo para a construção de um país mais justo, democrático e inclusivo.

RECOMENDAÇÕES PARA COLEGIADOS E CONSELHOS NACIONAIS

Os colegiados e conselhos nacionais desempenham papel fundamental na promoção da democracia participativa na gestão de políticas públicas, pois são instâncias de diálogo entre governo e sociedade civil.

Para tanto, é necessário construir estratégias que incluam grupos historicamente marginalizados, menos organizados ou com recursos limitados, de forma a enriquecer o debate e garantir que as políticas públicas sejam verdadeiramente inclusivas e abrangentes.

Assim, é fundamental garantir a entrada de grupos invisibilizados, além da rotatividade e da representação diversificada, incluindo paridades e cotas.

Vale destacar que o processo de escolha e nomeação de conselheiros e conselheiras é um pilar para a legitimidade dos colegiados, que deve primar pela transparência e participação popular. Iniciativas como seleções públicas e votações abertas validam e dão confiabilidade a essa composição.

Notas importantes

- ▶ A eficácia dos colegiados está intimamente ligada à distribuição equilibrada de poder entre seus membros. Um equilíbrio cuidadoso entre diferentes setores e grupos assegura que nenhum interesse dominante possa suplantar os demais, promovendo uma formulação de políticas mais justa e equitativa.
- ▶ A paridade representativa deve ser estendida para abranger o Estado em sua totalidade, incluindo os diferentes poderes. Essa abordagem promove um equilíbrio mais justo entre o executivo e outros setores do Estado.



**Grupo Técnico de Trabalho sobre
participação social em conselhos,
comissões e conferências nacionais**
Novembro/2023

Foto: Bruno Peres/ASCOM SG-PR

1. Ampliação da participação

Recomendações em destaque

- ▶ Implementar cota mínima de, pelo menos, 50% de mulheres conselheiras (poder público e da sociedade civil), respeitando a alternância de gênero entre titulares e suplentes.
- ▶ Estabelecer cota mínima de 30% de pessoas pretas e pardas tanto entre representantes do poder público quanto da sociedade civil.
- ▶ Garantir cotas de representação de grupos sociais historicamente invisibilizados, como juventude, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, segmentos rurais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, dentre outros.
- ▶ Promover processo transparente e acessível de seleção pública para escolha de conselheiros(as) da sociedade civil, dividido em três etapas: Inscrição, habilitação e eleição da sociedade civil e movimentos sociais, garantindo o processo de escolha em foro apropriado, como assembleias organizadas pela sociedade civil, conferências nacionais temáticas ou por meio de eleições abertas.
- ▶ Garantir percentual mínimo de 50% de representantes não governamentais.
- ▶ Incluir critérios de representatividade de todas as regiões do país na composição dos colegiados de abrangência nacional, assegurando diversidade territorial nas discussões e decisões.

- ▶ Estabelecer mandatos com duração fixa para conselheiros(as) do poder público e da sociedade civil, limitados a quatro anos, com a possibilidade de uma única recondução.
- ▶ Fomentar a inclusão de representantes de setores populares mediante estratégias que englobem divulgação, simplificação de processos, capacitação, parcerias, mentorias, acessibilidade e suporte logístico, visando ampliar a diversidade do processo decisório.
- ▶ Assegurar que conselheiros(as) do poder público tenham poder decisório nos seus respectivos órgãos, sendo aptos a internalizarem as decisões do colegiado.
- ▶ Limitar a participação simultânea de uma mesma pessoa física em até 03 conselhos nacionais.
- ▶ Manter a Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República informada e atualizada acerca do processo de composição e escolha de conselheiros e conselheiras.

2. Gestão e funcionamento dos colegiados

A gestão de um colegiado nacional abrange conjunto de práticas que asseguram a eficácia e eficiência de sua operação, incluindo a estrutura organizacional, a definição de fluxos administrativos e responsabilidades, e os processos de tomada de decisão.

O funcionamento do colegiado também engloba administração de recursos, sejam eles financeiros, humanos ou materiais, e a comunicação interna e externa. Nesse sentido, é necessário implementar estratégias específicas que promovam uma gestão eficaz e eficiente no enfrentamento de desafios cotidianos dos colegiados nacionais.

Recomendações em destaque

- ▶ Estabelecer ação ou plano orçamentário específico e designar unidade gestora responsável para assegurar autonomia financeira e administrativa ao colegiado.
- ▶ Instituir estrutura funcional mínima necessária, assegurando a disponibilidade de cargos para assessoramento contínuo, incluindo, mas não se limitando, a assessoria jurídica e de comunicação. A equipe deve consistir em, pelo menos, um cargo de nível CCE.13 e dois cargos de nível FCE.10.
- ▶ Em caso de criação e reformulação de colegiados e conselhos nacionais autorizar a requisição de pessoal para compor equipe funcional necessária.
- ▶ Criar instância colegiada (comissão, comitê) permanente para acompanhamento da execução de políticas públicas e para avaliação da efetividade da participação social no âmbito de atuação do colegiado.
- ▶ Por ocasião da criação ou reformulação de colegiados e conselhos, abrir um período/prazo para possibilitar a requisição de servidores para atuar em funções de apoio aos colegiados e conselhos.

- ▶ Realizar reuniões itinerantes por diversas regiões do país, facilitando a inclusão e a diversidade de perspectivas, mediadas por seus (suas) conselheiros(as), com distintos conhecimentos e experiências.
- ▶ Prever alternância entre representantes estatais e da sociedade civil na presidência do colegiado.
- ▶ Criar regras de responsabilização em caso de ausências reiteradas.

3. Transparência dos colegiados

A transparência fortalece a confiança pública e faz com que a percepção da sociedade sobre a legitimidade dos colegiados melhore consideravelmente.

Assim, é importante adotar uma comunicação acessível que promova a participação cidadã, a fim de facilitar o entendimento dos processos e decisões e de permitir uma maior contribuição do público.

Isso também se traduz em uma maior responsabilização e prestação de contas de representantes nos colegiados, já que as ações e decisões transparentes e compreensíveis são mais facilmente monitoradas e fiscalizadas pelo público.

A clareza na comunicação melhora a qualidade das decisões, porque permite uma compreensão mais ampla dos problemas e das soluções propostas, enriquecendo o processo deliberativo.

Recomendações em destaque

- ▶ Instituir e garantir o funcionamento de mecanismos eficientes de registro permanentes e sistematização das atividades dos conselhos e colegiados nacionais, assegurando a manutenção de registros históricos acessíveis.
- ▶ Disponibilizar deliberações, resoluções, recomendações e demais atos normativos em site institucional do colegiado ou conselho nacional dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias após sua formalização.
- ▶ Implementar e manter atualizada a seção dedicada ao órgão colegiado na Plataforma Brasil Participativo.
- ▶ Viabilizar a transmissão ao vivo online das reuniões ordinárias e assegurar a disponibilidade de gravações para consulta posterior na página dedicada ao órgão colegiado.

- ▶ Garantir a acessibilidade dos materiais e informações, provendo recursos adequados para pessoas com deficiência, incluindo, mas não se limitando a, versões em libras, áudio descrição e textos em Braille.
- ▶ Promover a tradução dos materiais relevantes para línguas indígenas e outras necessárias, conforme a especificidade e demanda dos públicos atendidos pelos conselhos ou colegiados.
- ▶ Fomentar a adoção de práticas de transparência ativa, incluindo a disponibilização de informações sobre as atividades dos conselhos e colegiados, de forma a reforçar os princípios do governo aberto, do controle social e da participação social.

4. Monitoramento de deliberações

Monitoramento e avaliação das deliberações de um colegiado demonstram o progresso e a eficiência no uso dos recursos, fortalecendo a confiança pública; e reforçam a legitimidade e aceitação social das suas ações, assegurando que as políticas públicas estejam alinhadas com as necessidades e expectativas da sociedade.

Recomendações em destaque

- ▶ Dar publicidade ao cumprimento de deliberações, resoluções e recomendações em comunicação acessível e formato aberto, com a seguinte estrutura mínima: Pauta, status, prazo, responsáveis e observações.
- ▶ Publicar relatório anual sobre cumprimento das deliberações, resoluções e recomendações, até março do ano seguinte.

5. Articulação institucional

Os aspectos de gestão interna dos colegiados incluem propostas de gestão integrada dos órgãos visando coesão e eficiência nos processos; troca de experiências entre as secretarias-executivas das diferentes instâncias; estabelecimento de agendas conjuntas e fomento à colaboração entre colegiados.

Recomendação em destaque

- ▶ Instituir o Fórum Interministerial de Colegiados e Conferências Nacionais, com as seguintes finalidades: Propor diretrizes para a ampliação e qualificação da participação social no âmbito dos conselhos e colegiados nacionais do governo federal; promover a articulação e a integração entre os conselhos e colegiados nacionais; elaborar diretrizes de mecanismos e metodologias que possam colaborar para o funcionamento dos diferentes colegiados e conselhos nacionais.



Seminário Conferências Nacionais
Maio/2024

OS CONSELHOS E COLEGIADOS NACIONAIS DEVEM:

- ▶ Participar, quando convocados, das reuniões do Fórum Interministerial de Colegiados e Conferências Nacionais.
- ▶ Disponibilizar dados e informações sobre o colegiado quando demandadas pela Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República.
- ▶ Manter as Assessorias de Participação Social e Diversidade dos respectivos ministérios atualizadas acerca dos principais atos dos colegiados e conselhos.

Foto: Ascom Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)



13ª Conferência Nacional de Assistência Social
Dezembro/2023

A SECRETARIA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DEVE:

- ▶ Orientar e acompanhar o cumprimento das recomendações acerca do processo de composição e escolha de conselheiros e conselheiras.
- ▶ Promover apoio técnico aos colegiados nacionais referente a sua gestão e funcionamento.
- ▶ Implementar e difundir a Plataforma Brasil Participativo como canal unificado para informações dos colegiados e conselhos nacionais, no qual as secretarias-executivas serão responsáveis pelas atualizações regulares das informações prestadas.
- ▶ Sistematizar e divulgar boas práticas de gestão dos conselhos nacionais na plataforma Brasil Participativo.
- ▶ Monitorar a implementação do módulo conselhos nacionais da plataforma Brasil Participativo a promover capacitações sobre suas funcionalidades para as secretarias-executivas e equipes técnicas dos respectivos colegiados nacionais.
- ▶ Desenvolver metodologias para articular decisões de conferências, com monitoramento via conselhos e com decisões nos tempos do ciclo orçamentário.
- ▶ Disponibilizar modelo com estrutura mínima de monitoramento de deliberações a ser adotado pelos colegiados nacionais.
- ▶ Apoiar, inclusive tecnicamente, os colegiados na estruturação de outros mecanismos de monitoramento de suas deliberações.
- ▶ Implementar gestão integrada de espaços físicos para reuniões de colegiados, promovendo o mapeamento e compartilhamento de salas equipadas, visando otimizar recursos, facilitar a logística e estimular a cooperação interconselhos.
- ▶ Criar Núcleo de Estudo, Pesquisa e Monitoramento em Participação Social, dedicado a analisar, aprimorar e inovar práticas de engajamento cívico, garantindo efetividade, inclusão e transparência nas políticas públicas e processos decisórios.
- ▶ Desenvolver guias de orientação para colegiados, visando aprimorar a eficácia, a participação democrática e a responsabilidade nos processos decisórios.
- ▶ Organizar com órgãos governamentais titulares do conselho para apresentação das deliberações e definição de responsabilidades entre os pares.
- ▶ Promover momentos de formação das secretarias executivas sobre processos participativos no ciclo orçamentário.
- ▶ Apoiar a convocação de reuniões temáticas ordinárias e parcerias com os diversos ministérios.

RECOMENDAÇÕES PARA CONFERÊNCIAS NACIONAIS

As conferências nacionais representam a materialização em larga escala do diálogo entre governo e sociedade. Cada etapa do processo conferencial oferece oportunidade única para moldar políticas públicas que reflitam as necessidades e aspirações da população, nos âmbitos municipais, estaduais e federal.

Aumentar a participação em conferências nacionais significa envolver um espectro mais amplo da sociedade civil, incluindo grupos frequentemente sub-representados ou marginalizados, como mulheres, pessoas negras, povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de baixa renda, jovens, idosos, pessoas com deficiência, entre outros.

Dessa forma, o GTT apresenta propostas e recomendações para que as conferências nacionais ampliem e qualifiquem a participação social, condição essencial para garantir que diferentes vozes e experiências contribuam para a formulação de políticas.



4ª Conferência Nacional de Cultura
– Ato Dia da Mulher
Março/2024

Foto: Filipe Araújo / MinC

1. Ampliação da participação

Recomendações em destaque

- ▶ Implementar cota mínima de, pelo menos, 50% de mulheres como delegadas (do poder público e da sociedade civil).
- ▶ Estabelecer cota mínima de 30% de pessoas pretas e pardas, tanto entre representantes do poder público quanto da sociedade civil, observando todas as etapas, municipais, estaduais e nacionais.
- ▶ Garantir cotas de representação de grupos sociais historicamente invisibilizados, como juventude, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, segmentos rurais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, dentre outros.
- ▶ Dispor de estrutura de cuidado para viabilizar, em especial, mas não unicamente, a participação de mulheres com crianças dependentes, conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nas atividades conferenciais (deslocamento, hospedagem, alimentação, recreação infantil).
- ▶ Fomentar a realização de conferências livres, virtuais e temáticas para abranger um espectro mais amplo da sociedade.

- ▶ Estimular que debates sobre diversidade de gênero, raça, etnia, classe, territorialidade e participação social sejam contemplados nas instâncias organizadoras e etapas preparatórias de conferências.
- ▶ Fomentar a inclusão de representantes de setores populares mediante estratégias que englobem divulgação, simplificação de processos, capacitação, acessibilidade e suporte logístico, visando ampliar a diversidade do processo decisório.
- ▶ Ampliar os mecanismos de participação não institucionalizados, incentivando atividades que promovam o diálogo e a participação social fora dos espaços convencionais.
- ▶ Estimular a formação de agentes territoriais que atuem como intermediários entre as conferências municipais e os grupos locais.
- ▶ Promover a renovação de participantes, respeitando diversidades de gênero, raça, etnia e orientação sexual.
- ▶ Incentivar a inclusão dos processos municipais na organização das conferências, ampliando a participação para além do nível federal.

- ▶ Observar a adequação de dia e horário de realização das conferências para maximizar a participação.
- ▶ Viabilizar a participação no formato digital, considerando as especificidades de cada temática e território.
- ▶ Integrar interações digitais no processo das conferências, atentando-se aos riscos de exclusão, e utilizar plataformas de encontros assíncronos para partes das etapas da conferência.
- ▶ Realizar sorteios de delegados na população geral e estabelecer critérios para limitar a participação repetida em conferências.

2. Desenho metodológico das conferências

As conferências nacionais no Brasil têm sido fundamentais para fortalecer a democracia participativa, criando espaço vital para o diálogo entre governo e sociedade que resulta na formulação de políticas públicas. O aprimoramento metodológico do processo conferencial requer transparência e participação verdadeiramente equitativa. As metodologias devem estimular o diálogo e permitir a expressão de diferentes pontos de vista e perspectivas sociais.

Buscando atualizar e potencializar as metodologias das conferências para atender as atuais mudanças sociais, tecnológicas e políticas, o GTT apresenta as seguintes orientações.

Recomendações em destaque

- ▶ Fomentar a realização de conferências temáticas e livres, garantindo a interseccionalidade de participação.
- ▶ Investir em ações formativas que preparem os participantes para envolvimento mais efetivo e consciente nas conferências, garantindo comunicação acessível e inclusiva.
- ▶ Incluir em todas as etapas conferenciais o resgate de como foi a conferência anterior, quais deliberações foram implementadas e efetivadas nas políticas públicas.
- ▶ Estabelecer diálogos contínuos com delegados após as conferências para manutenção do engajamento.

3. Engajamento de participantes

- ▶ Introduzir arte e formas culturais como linguagens nas conferências, promovendo espaços de escuta e expressão para setores com linguagem não formal.
- ▶ Capacitar delegados nos territórios para interpretar e fiscalizar políticas públicas, usando linguagem cidadã e inclusiva.
- ▶ Fortalecer as capacidades de lideranças sociais e inovar em contatos virtuais, incluindo a difusão de vídeos informativos sobre o processo das conferências.
- ▶ Promover a educação digital e utilizar instrumentos de gestão participativa para fortalecer o engajamento e a eficácia das conferências.
- ▶ Estimular a criação e uso de mapas colaborativos e painéis de monitoramento para visualizar a participação e o impacto das conferências.

4. Promoção de diálogo

- ▶ Realizar plenárias específicas pré-conferências, seminários preparatórios e rodas de escuta com os grupos sociais invisibilizados.
- ▶ Desenvolver metodologias que favoreçam o debate qualitativo e o aprofundamento das discussões, como mini plenárias e oficinas de capacitação com comunicação acessível e inclusiva.
- ▶ Garantir financiamento para deslocamento de participantes da sociedade civil, especialmente aos grupos vulnerabilizados.
- ▶ Implementar dinâmicas de participação que permitam o enfrentamento e a negociação de conflitos de maneira construtiva.

5. Estratégia de comunicação

Recomendações em destaque

- ▶ Difundir em todas as mídias informativos sobre as entregas do processo da conferência ao longo do seu calendário.
- ▶ Implementar etapas digitais e utilizar ferramentas digitais para ampliar a participação e comunicar com novos setores da sociedade.
- ▶ Empregar comunicação popular e redes sociais para ampliar a conscientização sobre a importância da participação social.
- ▶ Transmitir conferências ao vivo, permitindo a participação online.

- ▶ Utilizar meios de comunicação disponíveis e estratégias amplas de comunicação para divulgação.
- ▶ Utilizar TVs e rádios comunitárias para a disseminação de informações sobre as conferências e seus resultados, ampliando o alcance e a transparência.
- ▶ Implementar plataformas digitais que funcionem tanto como repositórios de informações quanto como meios efetivos de participação e debate.
- ▶ Garantir a transparência na gestão das conferências, disponibilizando por meios oficiais informações sobre o processo organizativo, critérios de participação e mecanismos de deliberação.
- ▶ Utilizar comunicação acessível e promover a popularização do controle social em conferências.
- ▶ Ampliar ações educativas e informativas sobre participação e controle social.

6. Integração de processos

- ▶ Conectar e integrar as conferências aos respectivos conselhos, políticas, e planos nacionais, fortalecendo seu impacto.
- ▶ Estabelecer as conferências como instâncias permanentes de participação, com mecanismos de resposta contínua à sociedade.
- ▶ Articular processos/metodologias com as políticas públicas, visando ao desenvolvimento de consciências e práticas democráticas.
- ▶ Estabelecer conexão direta entre as conferências e os conselhos de políticas públicas, para que as deliberações das conferências tenham continuidade e sejam efetivadas.



4ª Conferência Nacional de Juventude
Dezembro/2023

Foto: Ascom Secretaria-Geral da Presidência da República

7. Monitoramento e avaliação

A eficácia das conferências pode ser comprometida pela falta de seguimento dos seus resultados.

Um compromisso renovado com a transparência e a responsabilidade pelos encaminhamentos é necessário, possivelmente, por meio da delimitação clara de propósitos específicos para as conferências realizadas em diferentes contextos e etapas do ciclo de gestão das políticas públicas; da criação de plataformas digitais para identificar, cadastrar e acompanhar propostas, e da publicação de relatórios de progresso, dentre outras iniciativas.

O engajamento não termina com uma conferência nacional. Os mecanismos de retroalimentação que informem os participantes sobre o progresso de suas contribuições, desde a concepção até a implementação, podem valorizar as etapas locais como essenciais para o sucesso do processo. Alinhar as conferências ao ciclo de planejamento e orçamento, garantindo que os temas debatidos reflitam as prioridades políticas nacionais, exige uma estratégia coordenada que promova uma governança responsiva e um compromisso efetivo com decisões coletivas.

Recomendações em destaque

- ▶ Avaliar periodicamente as conferências anteriores para identificar áreas de melhoria e adaptar práticas futuras.
- ▶ Divulgar relatórios finais e práticas de monitoramento das resoluções das conferências em plataformas de participação social.
- ▶ Criar acervo da memória dos processos conferenciais, incluindo: atos normativos, cadernos participantes, processos avaliativos, deliberações, desenhos metodológicos, devolutivas, dentre outras.
- ▶ Criar mecanismos de acompanhamento e implementação das propostas oriundas das conferências, garantindo que sejam consideradas nas políticas públicas, com orçamento próprio.
- ▶ Articular instâncias de participação para o monitoramento e uso de painéis informativos.

- ▶ Desenvolver e implementar sistema unificado de monitoramento das deliberações das conferências, garantindo transparência e responsabilização.
- ▶ Estabelecer mecanismos legais e operacionais para garantir a execução das propostas deliberadas nas conferências, incluindo a inserção no PPA e na LDO.
- ▶ Criar e promover observatório dos resultados das conferências, integrando-o aos serviços digitais do governo federal.
- ▶ Utilizar ferramentas online para a construção de propostas e realização de reuniões sobre temas menos centrais.
- ▶ Assegurar orçamento específico para a execução de projetos propostos nas conferências, vinculando as deliberações a recursos disponíveis.
- ▶ Promover a integração das conferências com a gestão pública, utilizando-as como método de governo e de planejamento das políticas públicas.

8. Recursos orçamentários e sustentabilidade

A realização de conferências fortalece o processo de reconstrução da democracia participativa, servindo como espaço vital para o diálogo entre sociedade civil e governo, na busca conjunta por soluções para os desafios contemporâneos. No entanto, a efetividade desses encontros enfrenta desafios significativos que vão desde a logística e infraestrutura até a sustentabilidade financeira, passando pela complexa gestão de informações e documentos. Cada um desses aspectos exige atenção detalhada e soluções inovadoras que garantam não apenas a realização das conferências, mas também a sua eficácia em termos de resultados concretos e impacto social.

Recomendações em destaque

- ▶ Realizar eventos híbridos e conferências multissetoriais para otimizar recursos.
- ▶ Buscar soluções administrativas como ata de registro de preços e contratação conjunta para ganhos de escala.
- ▶ Assegurar que as conferências reflitam e influenciem o planejamento e orçamento governamentais, integrando-as ao ciclo de políticas públicas, incluindo recursos orçamentários próprios.
- ▶ Incluir no Decreto 10.426/2020 a dispensa de Termo de Execução Descentralizada para a realização de conferências nacionais.

- ▶ Criar sistema que articule, integre e financie o conjunto dos processos conferenciais, incluindo orçamento próprio.
- ▶ Criar Grupos de Trabalho Operacionais para organização das conferências, visando economia de escala.
- ▶ Buscar emendas parlamentares com ação orçamentária específica e mapear outras fontes de financiamento, como fundos e patrocínios.
- ▶ Incluir conferências no Plano Plurianual (PPA) como ação orçamentária e criar um fundo nacional de participação social, definindo claramente sua fonte de recursos.
- ▶ Aprofundar o debate sobre o sistema de políticas públicas e repasses fundo a fundo.
- ▶ Considerar a gestão de espaços físicos próprios, em parceria público-privada, e realizar licitações conjuntas para diversos itens.
- ▶ Garantir financiamento adequado para a realização e sustentabilidade das conferências.



6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN)
Dezembro/2023

Foto: Ascom Secretaria-Geral da Presidência da República

9. Infraestrutura e acessibilidade

Ao pensar em garantir a qualidade dos serviços contratados para viabilizar a realização de processos conferenciais, é essencial considerar a necessidade de infraestrutura adequada e acessibilidade às atividades. Em um mundo em que a disparidade de acesso à tecnologia e as barreiras físicas continuam a excluir significativas parcelas da população do diálogo democrático, refletir sobre infraestrutura e acessibilidade torna-se um desafio aos próprios mecanismos de participação social.

Não se trata apenas de oferecer espaços físicos adaptados ou plataformas digitais acessíveis, mas de reconhecer e atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência. A infraestrutura adequada e a acessibilidade são uma oportunidade para fortalecer a democracia, ampliando sua base de participação e tor-

nando-a diversa e representativa. Isso requer comprometimento constante com a inovação, a flexibilidade e, acima de tudo, com a garantia de direitos para assegurar equidade e permitir que todas as pessoas possam contribuir como cidadãs na gestão participativa das políticas públicas.

Recomendações em destaque

- ▶ Contratar assessoria técnica específica, para viabilizar acessibilidade de forma sistêmica e elaborar guias de acessibilidade com ações a serem adotadas ao longo das etapas conferenciais.
- ▶ Revisar licitações e contratos para assegurar diversidade e inclusão nos serviços prestados.

- ▶ Desenvolver estruturas permanentes nos territórios e conselhos locais de usuários para mobilização.
- ▶ Reduzir barreiras epistemológicas e garantir acessibilidade como um processo contínuo em todas as etapas.

10. Coordenação de calendário

A racionalização do calendário de realização das conferências é desafio a ser enfrentado para evitar sobreposição de atividades, garantindo a participação efetiva e diversificada da sociedade. Um planejamento cuidadoso e uma coordenação interinstitucional são essenciais para assegurar que as conferências sejam distribuídas de maneira equilibrada ao longo do ano, permitindo uma preparação adequada e a mobilização necessária de participantes de diferentes regiões e setores.

- ▶ Estabelecer calendário comum coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, considerando a periodicidade e observando o período do Plano Plurianual (PPA).
- ▶ Implementar sistema de acompanhamento de conselhos e conferências, definindo prioridades para atualizações pelas comissões organizadoras.



17ª Conferência Nacional de Saúde
Julho/2023

Foto: Augusto Coelho – Conselho Nacional de Saúde

11. Fortalecimento institucional

Garantir a autonomia e a independência das organizações da sociedade civil envolvidas nas conferências, assegurando que possam atuar livremente e sem interferências.

- ▶ Estimular o debate crítico como centro da discussão nas conferências, promovendo a reflexão acerca dos paradigmas políticos e econômicos hegemônicos.
- ▶ Promover a educação para a cidadania ativa, valorizando a participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia.
- ▶ Articular as conferências com ações no território, reconhecendo a importância da atuação local e da mobilização comunitária para o fortalecimento da democracia participativa.

RECOMENDAÇÕES PARA FORMAÇÃO EM INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Durante as atividades do GTT, foram formuladas propostas para uma Política de Formação para Fortalecimento de Instâncias de Participação Social com o propósito de ampliar a qualidade e a efetividade da gestão participativa de políticas públicas. Aqui estão apresentadas recomendações para práticas formativas direcionadas a integrantes de instâncias de participação social, trabalhadoras e trabalhadores do serviço público, usuárias e usuários da política pública, bem como a integrantes de movimentos sociais e organizações da sociedade civil interessadas.

Fundamentos

Recomenda-se que iniciativas de formação em instâncias de participação social sigam os seguintes fundamentos:

- ▶ Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (Portaria SG-PR 11/2014), considerando como fundamento ético-político a natureza dialógica e emancipatória da formação humana.
- ▶ Compromisso com a universalidade, a equidade, a integralidade e a efetiva participação popular nas instâncias de participação social instituídas pelo ordenamento jurídico.
- ▶ Promoção de ações de Participação Social com Educação Popular nos Territórios, respeitando identidades e arranjos sociais, culturais, econômicos, políticos e institucionais.
- ▶ Reconhecimento das iniciativas desenvolvidas por órgãos e entidades da administração pública, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, buscando integrar práticas formativas no intuito de ampliar e fortalecer processos de participação social na gestão de políticas públicas.
- ▶ Prática político-pedagógica que perpassa as ações voltadas para a promoção do exercício da cidadania a partir do diálogo com diversidade de saberes, visões de mundo, ancestralidade, e do incentivo à produção individual e coletiva de conhecimentos para a inserção destes em processos de gestão participativa de políticas públicas.



Foto: Angelo Migue/MEC

**Cerimônia de Abertura
da Conferência Nacional
de Educação (Conae)**

Janeiro/2024

Princípios

Recomenda-se que iniciativas de formação em instâncias de participação social sejam guiadas pelos seguintes princípios:

- ▶ **Integralidade humana e social:** Promover uma compreensão integral do ser humano e da sociedade, considerando todas as suas dimensões e complexidades.
- ▶ **Valorização e integração de saberes:** Reconhecer e integrar diversos conhecimentos, sejam eles acadêmicos, tradicionais ou vivenciais, valorizando a diversidade de perspectivas e contribuições.
- ▶ **Relação entre teoria e prática com enfoque no diálogo:** Estabelecer uma articulação contínua entre teoria e prática através do diálogo, facilitando a interação e a construção de conhecimento aplicado.
- ▶ **Reconhecimento e fortalecimento da diversidade:** Apoiar a expressão das identidades culturais, raciais, étnicas, de gênero, interreligiosas, geracionais, e de orientação sexual, promovendo ambientes inclusivos que valorizam as diversidades e respeitam as diferenças.
- ▶ **Construção coletiva e transdisciplinar do conhecimento:** Fomentar a colaboração e a transdisciplinaridade na geração de novos saberes, incentivando a participação coletiva, o diálogo intergeracional e a análise crítica das experiências para um aprendizado inovador.
- ▶ **Postura crítica e avaliativa:** Promover uma abordagem crítica e reflexiva nas práticas educativas e formativas, visando o constante aprimoramento e a eficácia das intervenções.
- ▶ **Engajamento ativo e participação social:** Estimular o envolvimento ativo na sociedade e nas decisões coletivas, promovendo o exercício da cidadania e a pesquisa participante como meios de transformação social e aprimoramento da democracia.

Diretrizes

Recomenda-se que iniciativas de formação em instâncias de participação social considerem as seguintes diretrizes:

- a.** Fomentar a participação social e o exercício da cidadania nos territórios como elementos centrais das práticas formativas, expandindo o meio e o alcance das iniciativas para envolver diferentes experiências e segmentos da sociedade, em especial, sujeitos em situação de vulnerabilidade.
- b.** Promover o desenvolvimento de itinerários formativos articulados por eixos temáticos, respeitando a diversidade de territórios, temas e públicos, mediante metodologias e práticas formativas variadas como elaboração de produtos de educação, oficinas, rodas de conversa e cursos em modalidades presenciais, a distância ou híbridos.
- c.** Valorizar e fortalecer identidades culturais, de raça, etnia, geração, gênero, interreligiosas, deficiências e orientação sexual por meio de construções coletivas e transdisciplinares de saberes e conhecimentos.
- d.** Promover a integração e a sinergia de iniciativas do Estado e da sociedade, evitando a duplicação de esforços, estabelecendo parcerias estratégicas com instituições estatais das três esferas da federação, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e demais atores e atrizes nacionais e internacionais, que contribuam para a promoção da participação social.
- e.** Realizar campanhas de comunicação, articulando estratégias virtuais e presenciais, com ampla abrangência para fomentar o engajamento da sociedade nos temas prioritários nacionais incentivando a participação ativa e informada nas instâncias de formulação de políticas públicas.
- f.** Implementar mecanismos de avaliação e aprimoramento contínuo, baseados em indicadores de desempenho mensuráveis e avaliações coletivas, envolvendo a participação ativa de todas as pessoas interessadas, para garantir a eficácia, relevância e adaptação da política, com transparência na divulgação de relatórios anuais de avaliação e sistema de retorno para ajustes constantes.
- g.** Articular as políticas públicas com os Planos Plurianuais e o ciclo orçamentário, para assegurar a consistência e a sustentabilidade das ações de formação para fortalecimento de instâncias de participação social.
- h.** Promover intersetorialidade das políticas públicas em ambiente colaborativo onde diferentes setores do governo e da sociedade trabalham conjuntamente para abordar os desafios complexos da participação social.

Metodologia

Iniciativas de formação em instâncias de participação social podem ser estruturadas em itinerários formativos que são conjuntos variados de práticas formativas articuladas pelos seguintes eixos temáticos:

- a. Democracia, participação social e gestão de políticas públicas.
- b. Combate às desigualdades sociais, intersectorialidade e diálogos multiculturais.
- c. Planejamento e orçamento público.

Os itinerários podem ser projetados para gerar processos de aprendizagem em que cidadãos e cidadãos sejam estimulados a participar ativamente do processo de gestão pública, contribuindo para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de maneira informada e construtiva. Nessa perspectiva, a formação se baseia não apenas na transmissão de conhecimentos, mas na construção coletiva de saberes que emergem da prática social e da realidade vivida pelos participantes. Na definição de itinerários formativos, recomenda-se que sejam considerados os seguintes aspectos:

- ▶ **Diálogo como prática educativa:** O itinerário formativo deve ser concebido como um processo dialógico, no qual o conhecimento é construído na interação entre educadores e participantes. O diálogo reconhece a experiência de vida e as visões de mundo dos participantes como valiosos recursos pedagógicos, promovendo uma aprendizagem significativa que ressoa em suas realidades e lutas sociais.
- ▶ **Conscientização:** A formação visa ao desenvolvimento da capacidade crítica dos participantes para analisar sua realidade social, política e econômica. Isso envolve a reflexão sobre as estruturas de poder e as relações sociais que moldam as políticas públicas, bem como a identificação de oportunidades para a ação transformadora.
- ▶ **Educação como prática de liberdade:** Os itinerários formativos devem ser espaços de liberdade, onde pessoas participantes são estimuladas a expressar suas opiniões, questionar o *status quo* e explorar novas possibilidades de ação coletiva. A formação se torna um ato de emancipação, capacitando os indivíduos a participarem ativamente na gestão das políticas públicas de forma autônoma e crítica.

- ▶ **Valorização dos saberes locais e culturais:** Reconhecer e valorizar os conhecimentos, as culturas e as experiências locais dos participantes. Isso implica adaptar os conteúdos e as metodologias para refletir e incorporar a diversidade cultural e os saberes específicos das comunidades envolvidas.
- ▶ **Atuação reflexiva e crítica:** O itinerário formativo deve promover a reflexão sobre a prática, incentivando participantes a analisarem suas próprias ações dentro das instâncias de participação social e a buscar constantemente melhorias e inovações em sua atuação, bem como a renovação da composição das instituições participativas.
- ▶ **Empoderamento e ação coletiva:** Além de capacitar os indivíduos, os itinerários formativos devem estimular a formação de coletivos e redes de apoio mútuo, fortalecendo a capacidade de mobilização e ação conjunta em prol de mudanças sociais.



Foto: Ascom/CNS

**5ª Conferência Nacional
de Saúde Mental**

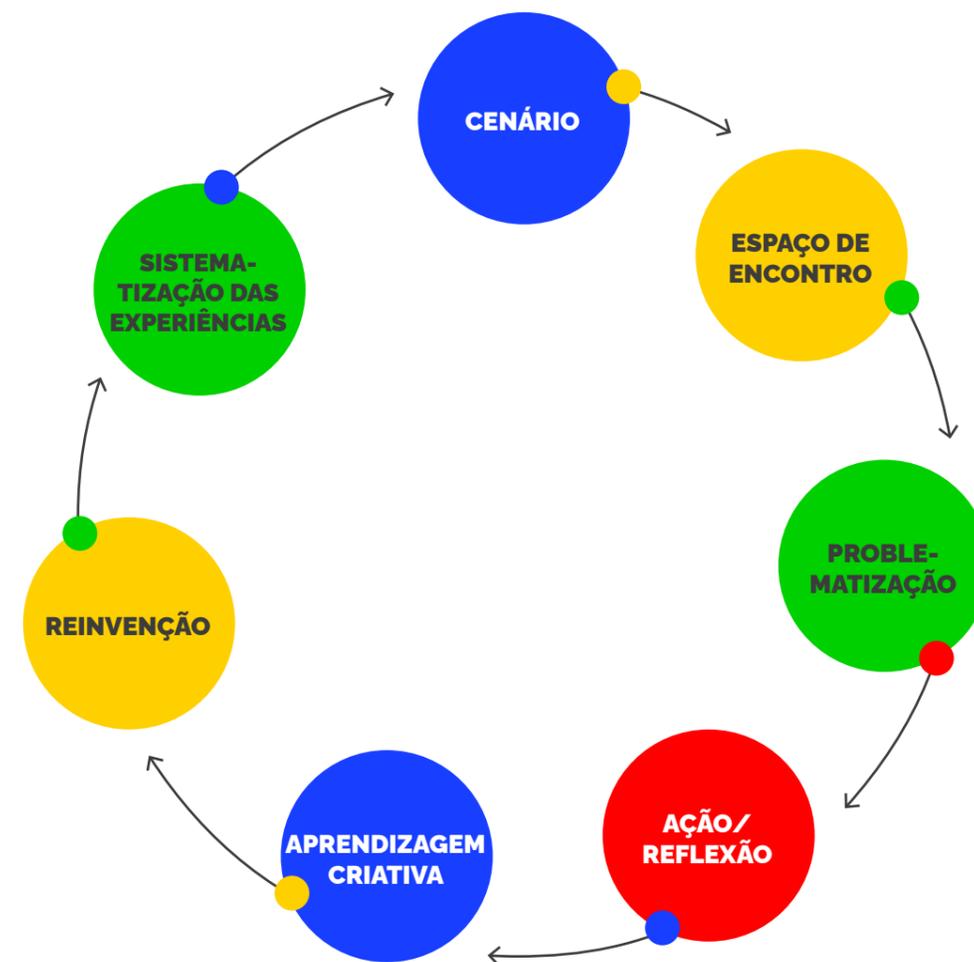
Dezembro/2023

Percurso metodológico

As ações formativas em instâncias de participação podem ser orientadas por um percurso metodológico estruturado pelas seguintes etapas:

- a.** Cenário: Reconhecimento da coletividade como um espaço de convergência entre sonho e realidade, propiciando um ambiente de esperança e motivação para a transformação social.
- b.** Espaço de Encontro: Articulação e mobilização de parceiros e sujeitos políticos para a construção coletiva e sistemática de objetivos comuns, promovendo o engajamento contínuo e efetivo, bem como o reconhecimento dos percursos históricos.
- c.** Problematização: Identificação e análise crítica dos objetos de ação, estimulando o questionamento das causas e a reinterpretação dos significados por meio do diálogo e da reflexão coletiva.
- d.** Ação e reflexão: Interação dinâmica de teoria e prática, onde o diálogo entre os participantes promove a ética e a coerência, considerando as demandas, desejos e experiências acumuladas.
- e.** Aprendizagem criativa: Desenvolvimento de um processo colaborativo para a definição de propostas e ações, fortalecendo o senso de pertencimento, a coesão grupal, o diálogo e o apoio mútuo entre os diferentes atores e redes da sociedade civil.
- f.** Reinvenção: Avaliação crítica das atividades realizadas para identificar os resultados alcançados e os desafios a serem superados, visando à melhoria contínua das práticas.
- g.** Sistematização das experiências: Documentação e análise crítica das experiências vivenciadas, promovendo a reflexão participativa e a disseminação do conhecimento gerado.

O diagrama sintetiza as etapas que compõem o percurso metodológico recomendado.



COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO SOBRE COLEGIADOS, CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Jayanne Andrade Ramos e Ivana Merched Oliveira Guerreiro

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Bruno Tibúrcio Pereira da Silva e Rachel Benedet de Sousa Martins

MINISTÉRIO DA CULTURA

Mariana Braga Teixeira e Xauí Peixoto Tores Azevedo

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Elisângela Lizardo de Oliveira e Denise Aparecida de Carvalho

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Ludymilla dos Santos Chagas e Camilla Kely Pacheco Perpétuo

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

Samuel de Albuquerque Carvalho e Elisabeth Maria Cardoso

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Natália Mori e Paula El-Jaick de Barros Franco Yida

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Jéssica Leite Silva e Maira Taina de Almeida Magalhães

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Anna Karla da Silva Pereira e Danielle Santa Brígida

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Alessandra Santos de Assis e Itanamara Guedes Cavalcante

MINISTÉRIO DO ESPORTE

Dênis Rodrigues da Silva e Leonardo Barbosa Rossato

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Vítor Marcelo Almeida e Fabio Costa de Souza

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

Artur Sinimbu Silva e Larissa da Cruz Santiago

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Carmen da Silva Ferreira e Henrique Piotto

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Elizeu Soares Lopes e Leozílio Ferreira França

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Marcela Oliveira Scotti de Moraes e Tácius Fernanades da Silva

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Alexandre Mário de Freitas e Márcia Alves de Figueiredo

MINISTÉRIO DAS MULHERES

Atiliana da Silva Vicente Brunetto e Natália do Socorro Lima

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Adriana Vilela Toledo e Moníca de Holanda Cavalcanti

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Anderson Luiz Alves de Oliveira e Felipe Rhavy de Campos Antunes

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

Cris Tupan e Ana Patte

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Luciano Garcia Lourenção e Thiago Veras do Valles

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Lucia Regina Florentino Souto e Aíla Vanessa David de Oliveira Sousa

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Sérgio Luiz Rodrigues Pereira e Tereza Martins Godinho

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Cloves Eduardo Benevides e Paloma Campos Nascimento

MINISTÉRIO DO TURISMO

Juliana Paula de Paiva Oliveira e Rodrigo Moreles Canez

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Anjuli Tostes Faria e Roberta Guerra Holder Belfort Campos

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Cláudia de Souza Trindade e Leila de Moraes

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA

Igor Fonseca e Daniel Avelino

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Raimunda Nonata Monteiro e José Ivan Mayer de Aquino

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Fabio Meirelles Hardman de Castro e Maria América Menezes Bonfim Hamu

SECRETARIA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

COORDENAÇÃO

Valmor Schiochet **Secretário Adjunto – Coordenador do GTT**

Paulo José de Oliveira **Diretor de Participação Social – Coordenador substituto do GTT**

Caroline Buosi Molina **Coordenadora-Geral de Participação Social**

Ronald Ferreira dos Santos **Coordenador-Geral de Articulação**

Clóvis Henrique Leite de Souza **integrante da equipe da Diretoria de Educação Popular**

APOIO TÉCNICO

Carla de Paiva Bezerra **Diretora de Participação Digital e Comunicação em Rede**

Pedro de Carvalho Pontual **Diretor de Educação Popular**

Ubirantan de Souza **Diretor de Planejamento e Orçamento Participativo**

Leonardo Barbosa Rossato **Assistente da Diretoria de Participação Social**

Lizane Lúcia de Souza **Coordenadora da Diretoria de Participação Social**

Mariana Marra Dantas **Assistente Técnica da Diretoria de Participação Social**

Marina Soares Sabioni Martins **Assistente Técnica da Diretoria de Participação Social**

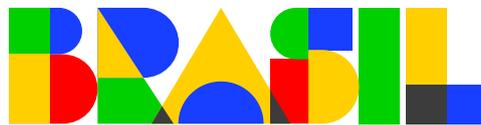
Marcelo Pires Mendonça **Coordenador de Projetos da Diretoria de Participação Social**

Thelma Torrecilha **Coordenadora de Projetos**

Eleana Paula de Oliveira Moraes **Assistente Técnica da Diretoria de Participação Social**

SECRETARIA-GERAL

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO